

Revista Processus Multidisciplinar

Página da revista:

<https://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/index>



Resenha do artigo intitulado “A criminalidade aliada à tecnologia: uma abordagem acerca dos meios insuficientes para prevenção e repressão no ciberespaço”¹

Review of the article “Crime allied to technology: an approach about the insufficient means for prevention and repression in cyberspace”

ARK: 44123/multi.v6i11.1514

Recebido: 04/07/2024 | Aceito: 04/03/2025 | Publicado on-line: 20/06/2025

Vivianne Feitoza Venâncio²

 <https://orcid.org/0009-0009-0287-5453>

 <http://lattes.cnpq.br/9779627852699242>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: viviann3@gmail.com



Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A criminalidade aliada à tecnologia: uma abordagem acerca dos meios insuficientes para prevenção e repressão no ciberespaço”. Este artigo é de autoria de: Érica Máximo de Lima; Liliana Bastos Pereira Santo de Azevedo Rodrigues. O artigo resenhado foi publicado no periódico “Revista Juris Rationis”, revista científica da Escola de Direito da Universidade Potiguar, no Vol. 8, edição n. 2, abr.-set., 2015.

Palavras-chave: Criminalidade. Ciberespaço. Tecnologia. Crimes cibernéticos. Direito Penal

Abstract

This is a review about the article “Crime allied to technology: an approach about the insufficient means for prevention and repression in cyberspace” by Érica Máximo de Lima; Liliana Bastos Pereira Santos de Azevedo. This article was published in the scientific journal “Revista Juris Rationis”, Potiguar University Law School, year 8, edition n. 2, apr.-set., 2015.

Keywords: Criminality. Cyberspace. Technology. Cybercrime. Criminal Law

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. A revisão linguística foi realizada por Érida Cassiano Nascimento.

² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A criminalidade aliada à tecnologia: uma abordagem acerca dos meios insuficientes para prevenção e repressão no ciberespaço”. Este artigo é de autoria de: Érica Máximo de Lima; Liliana Bastos Pereira Santo de Azevedo Rodrigues. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Juris Rationis”, revista científica da Escola de Direito da Universidade Potiguar, Vol. 8, edição n. 2, abr.-set., 2015.

A formação e experiência dos autores de uma obra contribuem para compreender melhor a densidade e o tipo de reflexão proposta sobre o tema escrito em um artigo. Por isso, os parágrafos seguintes serão destinados à apresentação das autoras do artigo resenhado.

A primeira autora deste artigo é Érica Máximo de Lima, graduada em Direito no ano de 2014, pela Universidade Potiguar. O Currículo *Lattes* da autora está disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4333301658690951>.

A segunda autora é Liliana Bastos Pereira Santo de Azevedo Rodrigues, mestre em Ciências Jurídico-Empresariais pelo Instituto Jurídico Portucalense (IJP), Portugal. Liliana também é professora universitária e autora dos livros “Lavagem de Dinheiro e Crime Organizado” (2016), “Introdução ao Compliance” (livro digital, 2020), “Legislação Aplicada ao Compliance” (livro digital, 2020), “7 Passos para Implementar um Programa de Compliance” (livro digital, 2020) e “Compliance Bancário” (livro digital, 2020). O Currículo *Lattes* da autora está disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3256952255730615>; e Orcid disponível em: <https://orcid.org/0000-0001-6969-7035>.

O artigo está dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, desenvolvimento (com os subcapítulos: “O ciberespaço e seu lado negativo: múltiplos bens jurídicos e danos psicológicos”; “O direito à honra e intimidade e a liberdade de expressão no meio cibernético”; “Legislação”; “Expansão das medidas de prevenção e repressão penal e sua (in)eficiência: *Whatsapp*: suas utilidades e perigos ocultos”), conclusão e referências.

O aumento da criminalidade se percebe de forma crescente no mundo virtual, tendo em vista que os criminosos se aproveitam do avanço e da constante inovação da tecnologia para a prática de delitos virtuais. O artigo apresenta com clareza as dificuldades enfrentadas na investigação de crimes cibernéticos, bem como apresenta os meios adequados para prevenção e repressão de desses crimes.

O tema deste artigo é “A criminalidade aliada à tecnologia: uma abordagem acerca dos meios insuficientes para prevenção e repressão no ciberespaço”. O artigo expõe que a evolução da tecnologia e o aumento de seu uso para a comunicação também ocasionaram o aumento dos crimes cibernéticos. Ao passo que estes crimes estão em exponencial aumento, o trabalho investigativo da polícia é insuficiente, sendo essa insuficiência, segundo as autoras, a principal causa para o aumento de vítimas no ciberespaço.

O objetivo geral é apresentar as diversas práticas criminosas que ocorrem no meio virtual e apontar soluções para dirimir a incidência desses crimes. Ademais, o texto tem como objetivos específicos: expor quais são os bens passíveis de serem lesados, apresentar as leis que tratam dos crimes cibernéticos e realizar uma análise dos meios de prevenção e repressão dos crimes virtuais.

A temática do artigo surgiu da necessidade de delinear novas estratégias para combater o aumento e a evolução dos crimes cibernéticos. Para tanto, as autoras, de forma concisa e coerente, ressaltam a necessidade de criação de leis específicas

e melhor capacitação da polícia brasileira para o efetivo combate desses crimes, a fim de possibilitar a redução dos índices de criminalidade virtual.

A metodologia utilizada para realização da pesquisa baseou-se em publicações científicas da área de Direito Digital e Penal, reportagens contendo entrevistas com especialistas da área e na análise de legislação pura e comentada.

O artigo começa explicando o conceito de Ciberespaço, definido como o ambiente de comunicação virtual que utiliza a internet como meio de existência e propagação. Expõe-se que, em virtude das facilidades do acesso e uso da internet, os criminosos estão cada vez mais explorando este meio para praticar crimes, principalmente pelo fato de o sujeito não ser obrigado a expor seu rosto, permanecendo atrás de um computador para executar suas ações. Estas ações criminosas, conforme enfatizado pelas autoras, causam danos diversos às vítimas, que podem também se apresentar como danos psicológicos irreparáveis, tais como: depressão, suicídio, privação social, entre outros.

Por conseguinte, o artigo revela que as autoridades policiais não possuem as ferramentas adequadas e o devido preparo para coibir esses crimes, o que resulta no aumento desses crimes e da sensação de impunidade.

No subtítulo sobre o direito à honra, intimidade e a liberdade de expressão no meio cibernético, ressalta-se que estes são direitos fundamentais protegidos pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), pelo Código Penal (BRASIL, 1940) e Civil (BRASIL, 2002). Contudo, apesar de a liberdade de expressão ser um direito fundamental exposto, este não é um direito absoluto, sendo necessário que se resguardem os valores éticos e morais, bem como a dignidade da pessoa humana, ao se realizar qualquer tipo de manifestação, seja no mundo físico ou digital. Conforme mencionado pelo artigo, a própria Carta Magna (BRASIL, 1988) delimita a liberdade de expressão por meio de outros direitos, a exemplo da vedação ao anonimato, do próprio direito de resposta e das indenizações por danos morais.

No capítulo sobre legislação, depreende-se que os crimes cibernéticos estão se aperfeiçoando cada vez mais, enquanto a legislação vigente não acompanha essa evolução, necessitando de aperfeiçoamento para se adequar à realidade. O surgimento de novas plataformas e aplicativos exige que a lei englobe todas as suas nuances, a fim de que haja adequada tipificação e, conseqüentemente, punição dos delitos.

Já no capítulo sobre repressão e prevenção dos crimes cibernéticos, as autoras acertadamente chamam atenção para a falta de delegacias especializadas para apurar esses crimes, já que a maioria dos estados carece dessa estrutura. O texto defende que a eficácia na repressão desses crimes estaria no uso de ferramentas apropriadas e investigadores especializados, aliados a uma legislação redigida especificamente para tratar de crimes cibernéticos.

Além disso, menciona-se que a variedade de plataformas e aplicativos online demandam ferramentas diferenciadas para a investigação, exigindo-se diferentes ações para seu efetivo combate. Sendo assim, o artigo argumenta que é necessário o aprimoramento das ferramentas de investigações e a atualização da legislação para que se acompanhe a evolução dos crimes cibernéticos.

Ao final, o artigo explora o uso do *Whatsapp*, o aplicativo mais utilizado atualmente. Ao mesmo tempo em que o aplicativo surgiu para melhorar o contato virtual entre as pessoas, ele também passou a ser usado para cometimento de crimes, tais como os crimes de ódio, propagação de conteúdos de pedofilia etc. Nesse sentido, o texto demonstra o poder do aplicativo, que tanto pode ser usado

para propagar conteúdo indevido de forma restrita, bem como para disseminar conteúdos ilícitos por meio de diversos grupos em um curto período de tempo.

Em contrapartida, o artigo expõe métodos já existentes para frear eventuais abusos praticados por esses aplicativos, como a investigação por meio do endereço IP, que possibilita a identificação do autor do crime. Além disso, o artigo destaca normas da Lei do Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014) que tratam da preservação de dados e registros, que possuem a finalidade de preservar os vestígios de atividades ilícitas. Percebe-se, então, que, na visão crítica das autoras, a internet não é uma terra sem lei, mas é um espaço que necessita de um olhar direcionado e regras específicas para que se resguarde o bom convívio social e o Estado Democrático de Direito.

Por fim, o artigo estabelece uma conexão entre a globalização e o desenvolvimento de um novo universo para a criminalidade, que se abriga na tecnologia e no mundo virtual para camuflar seu modo de agir. Em conformidade com o desenvolvimento do artigo, as considerações finais destacam, com razão, a necessidade de aprimoramento das formas de coibição desses crimes e da criação de leis específicas que abarquem este novo mundo, a fim de possibilitar uma repressão mais eficaz contra os crimes cibernéticos.

Referências

BRASIL, **Constituição Federal**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL, **Decreto-Lei 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL, **Lei n. 12.965**, de 23 de abril de 2014. Institui o Marco Civil da Internet. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 28 mar. 2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28,

2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em:
<<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em:
<<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

LIMA, Érica Máximo; RODRIGUES, Liliana Bastos Pereira Santo de Azevedo. A criminalidade aliada à tecnologia: uma abordagem acerca dos meios insuficientes para prevenção e repressão no ciberespaço. **Revista Juris Rationis**. Vol. 8, n. 2, abr.-set., 2015. Disponível em:
<<https://repositorio.unp.br/index.php/juris/article/view/1453>>. Acesso em: 24 mar. 2024.